

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

RODRIGO TURIN

*Tempos precários: aceleração,
historicidade e semântica neoliberal*

ZAZIE 
EDIÇÕES

*Tempos precários: aceleração,
historicidade e semântica neoliberal*

2019 © Rodrigo Turin

COLEÇÃO

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORES

Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Denise Pessoa Ribas

DESIGN GRÁFICO

Maria Cristaldi

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-36-2

Zazie Edições

www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

RODRIGO TURIN

*Tempos precários: aceleração,
historicidade e semântica neoliberal*

ZAZIE EDIÇÕES

Quem representa ainda a peça quando o ator se retira definitivamente para se tornar espectador? A metáfora só permite uma resposta: nesse caso, a peça já não será representada, a tragédia não tem lugar.

Hans Blumenberg. *Naufração com espectador*

"Nem todos estão no mesmo agora. Estão presentes apenas em aparência, na medida em que podemos vê-los hoje. Mas nem por isso vivem simultaneamente aos demais."¹ Com essas palavras Ernst Bloch abria o ensaio sobre a não contemporaneidade, publicado em 1935 no livro *Erbschaft dieser Zeit* [Herança deste tempo], durante o exílio na Suíça. Com a noção de "não contemporaneidade", interrogava

¹ Ernst Bloch. "Le non-contemporanéité et le devoir de la rendre dialectique" (maio 1932). In: *Héritage de ce temps*. Paris: Klincksieck, 2017, p. 82.

as diferentes camadas temporais que compunham o presente “deste tempo” (dieser Zeit), que era o seu. Então um jovem marxista, Bloch esforçava-se para entender os motivos da derrota vivida por sua geração, traduzida na ascensão do fascismo e no fracasso da esquerda em potencializar para si as forças liberadas pela crise do capitalismo.

A não contemporaneidade manifestava-se na forma como os diferentes agentes – juventude, camponeses, pequena burguesia – eram mobilizados pelo discurso nazista no contexto de crise do capital. Para Bloch, essas mobilizações só podiam ser compreendidas como espécies de choques temporais entre o presente de crise do capitalismo e os diversos passados que ainda se faziam presentes na Alemanha da República de Weimar. Através das mitologias nazistas – “sangue e solo” (Blut und Boden), milenarismo, ideal de pureza originária – dava-se vazão à raiva produzida pela pauperização da classe média, mas também ao sentimento de deslocamento social dos camponeses e à ansiedade de uma juventude sem trabalho. Por meio da força desses passados e de suas prefigurações, tal como Hitler prefigurado por Frederico II, aquela experiência histórica era modulada.² Se o conteúdo dessas expressões vinha de passados que não passaram, emergindo das diferentes camadas históricas da sociedade alemã, sua causa não deixava de ser essen-

² Hans Blumenberg. *Préfiguration. Quand le mythe préfigure l'histoire*. Paris: Seuil, 2014.

cialmente nova, contemporânea ao presente do capitalismo. Disso resultava a dupla contradição desses choques temporais: subjetiva, por parte dos agentes que viviam seus efeitos; e objetiva, no que diz respeito às forças que os produziam. As “lembranças anacrônicas” que expressavam as reações subjetivas dos grupos sociais eram liberadas pelo tempo de crise da relação entre capital e trabalho.

A compreensão dessa experiência marcada por uma multiplicidade de tempos desconexos cobrava a elaboração de uma “dialética em diferentes níveis”, que fosse capaz não apenas de ler as distintas camadas históricas em jogo, mas acima de tudo de oferecer à esquerda uma orientação para delas se apropriar. Afinal, as dimensões não contemporâneas ao capitalismo não seriam necessariamente conservadoras, podendo ofertar também uma potencialidade libertadora. O erro da esquerda teria sido ignorar os aspectos irracionais e afetivos constitutivos dessa experiência política, tão bem percebidos e utilizados pelos nazistas. A brecha, no entanto, ainda existia. Nela se concentrava o otimismo de Bloch, que apostava na potencialidade utópica desses passados como caminho para a superação da contradição contemporânea e a formação de uma nova totalidade. Existiria, assim, uma “oposição revolucionária não contemporânea” nessa “reserva autêntica de conteúdos ‘irracionais’”:

A tarefa consiste em liberar os elementos da contradição não contemporânea que são capazes de se desviar

e de se metamorfosear, isto é, aqueles que são hostis ao capitalismo, que se sentem apátridas no capitalismo, e os reconfigurar, dando-lhes uma outra função em um outro quadro.³

Impossível ler as páginas angustiadas de Bloch e não pensar em nosso próprio tempo contemporâneo, igualmente assombrado por tantas forças do passado. No caso brasileiro, a sombra duradoura da ditadura, o anticomunismo histórico, concepções religiosas da sociedade e da política, o passado escravista e patriarcal – para nomear apenas alguns dos fantasmas que passaram a assombrar a cena contemporânea. Apesar de todas as diferenças entre seu(s) tempo(s) e o(s) nosso(s), o testemunho de Bloch surpreende os leitores contemporâneos pela força das analogias que sugere. Como não ver nesses ressurgimentos de imagens do passado um meio de grupos sociais darem vazão a sentimentos de raiva, ressentimento e impotência frente a mudanças profundas que vêm afetando a sociedade? Como não identificar as semelhanças entre o rancor da classe média e seu apego a contranarrativas negacionistas e arcaicas que prometem o retorno a uma pureza originária inexistente? Como não pensar no mesmo hiato entre uma forma subjetiva de viver as contradições sociais e as condições objetivas do capitalismo, marcadas, agora, pelos efeitos desestruturantes de uma razão neoliberal cada vez mais

³ Ernst Bloch. Op. cit., p. 99.

onipresente? Como, enfim, não se identificar com o sentimento de fracasso e de espanto diante da ascensão de agentes reacionários ao poder, colocando em perigo elementos mínimos de um horizonte democrático e igualitário?

Essas analogias entre a década de 1930 e a crise contemporânea vêm sendo ressaltadas em diferentes análises, fazendo, inclusive, que se reconheça uma nova atualidade em autores como Karl Polanyi, cujos diagnósticos voltam a conversar com nosso tempo. Para além das especificidades dos sistemas políticos nacionais, estaríamos vivendo uma nova “grande transformação”.⁴ Mas como falar deste tempo, que é o nosso? Em que medida, aliás, ele é de fato “nosso”? Se Bloch podia, quando jovem marxista, trabalhar em um plano de enunciação no qual ainda se sentia em condições de separar uma contemporaneidade autêntica outra inautêntica, prefigurando com isso sua superação em uma nova totalidade na qual os tempos poderiam enfim convergir, a situação hoje parece mais problemática. Afinal, nosso tempo de crise configura, acima de tudo, também uma crise de representação do tempo.

Diante disso, falar hoje da “não contemporaneidade do contemporâneo” pode causar certo desconforto. Além de apontar a multiplicidade dos tempos, a fórmula pode também sugerir uma relação específica entre eles: afinal, quem seria o “não contemporâneo”

⁴ Heinrich Geiselberger (org.). *L'âge de la regression*. Paris: Gallimard, 2017.

do “contemporâneo”? O critério que permitia a Bloch separar uma contemporaneidade autêntica de outra inautêntica delimitava qualidades distintas ao “estar no mesmo tempo”, produzindo uma relação hierárquica entre elas. Ser contemporâneo, nessa chave, não se reduz a habitar o mesmo instante cronológico, mas diz respeito à posse do elemento que singulariza um determinado presente, distinguindo-o dos outros tempos que são por ele, no mesmo movimento, englobados e hierarquizados. Daí a “raridade” do contemporâneo, como afirmou Agamben em seu célebre ensaio.⁵ Saber aderir ao presente e afastar-se dele, ler as trevas e as luzes do tempo, tal como desenvolve o filósofo italiano, não deixam de ser outras formas de configurar a distinção que autoriza e faz funcionar o ato de enunciar “o contemporâneo”. Antiga herança que vincula, na modernidade, o intelectual e o profeta.

Frente a essa ambiguidade da fórmula, caso quiséssemos aplicá-la, seriam os agentes reacionários do presente os não contemporâneos da nossa contemporaneidade, ou, antes, seríamos nós (e quem somos “nós”?) os não contemporâneos da contemporaneidade deles? A quem cabe decidir isso, ao próprio tempo? Se pouco resta da autoridade do intelectual-profeta para ocupar a função de enunciar a contemporaneidade, o mesmo se pode dizer do tempo como agente histórico ou, ainda, como tribunal último das ações

⁵ Giorgio Agamben. “O que é o contemporâneo”. In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

humanas. A aceleração social nas décadas mais recentes, intensificada pelas novas tecnologias e pela hegemonia do capital financeiro, parece produzir uma dessincronização estrutural entre as esferas sociais, pulverizando o tempo histórico em uma miríade de ritmos desconexos.⁶

Tudo isso mostra, enfim, como é embaraçosa hoje a tarefa de indagar o “nosso tempo”. Estamos em uma situação em que é ao mesmo tempo urgente e problemático lidar com a categoria do contemporâneo. Uma saída possível é pensar a contemporaneidade como uma cotemporalidade, isto é, como uma “concordância de tempos múltiplos”, marcada por uma “multiplicidade não resolvida”.⁷ Essa cotemporalidade seria o efeito da democratização dos discursos, da descentralização institucional, da constituição de uma memória global em diferentes escalas e fluxos, mas também com suas oposições e negociações. Uma contemporaneidade sem centro e sem promessa de totalidade. Essa coexistência de tempos múltiplos, no entanto, obriga-nos a questionar a sua condição espacial de possibilidade, considerando as dimensões de dominação social, as forças econômicas e os interesses geopolíticos. A unidade disjuntiva do presente pressupõe uma correlata unidade assimétrica do espaço,

⁶ Hartmut Rosa. *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte, 2010.

⁷ Lionel. *Brouhaha: Les mondes du contemporain*. Lagrasse: Verdier, 2016.

marcada por relações de força desiguais.⁸ Pensar a cotemporalidade implica, desse modo, refletir sobre as dimensões políticas do tempo, desvendar as assimetrias estruturais das condições que os indivíduos e os grupos sociais têm para temporalizar-se e, assim, fazer-se contemporâneo do próprio tempo.

Um modo de pensar a dimensão disjuntiva e assimétrica do presente é interrogar-se acerca dos mecanismos de sincronização dos tempos. Sincronizar significa ajustar ou entrosar uma operação com outra, bem como o conjunto de técnicas e operações indispensáveis para esse ajuste. Todas as sociedades configuraram mecanismos próprios de sincronização.⁹ Na tradição cristã, por exemplo, podemos afirmar que todos os indivíduos se tornam sincronizados frente à redenção, ou seja, na espera pela própria abolição do tempo. A abertura mesma de uma temporalidade mundana implica o estado de dessincronia da “multidão” perante Deus (santo Agostinho falaria em “desacordo com Deus”), que seria resolvido apenas com sua vinda pela mediação de Cristo. Forma disruptiva da queda, em sua dispersão temporal, a

⁸ Peter Osborne. “Global modernity and the contemporary”. In: Chris Lorenz; Berber Bevernage (orgs.). *Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

⁹ Helge Jordheim. “Synchronizing the World: Synchronism as Historiographical Practice, Then and Now”. *History of the Present*, vol. 7, nº 1, 2017.

“multidão” só poderia ser ultrapassada com a vinda do “Único”, levando-a novamente da multiplicidade à unidade. Na sociedade de corte, a sincronização ocorria em função do tempo do rei, com todos os seus ritos extremamente elaborados, desde o despertar até a hora de dormir do monarca. Uma regulação, igualmente, da sociedade com o tempo do Estado absolutista, movida pela centralização política e pelos novos dispositivos burocráticos de governamentalidade. Na sociedade industrial, o processo de ajuste temporal passava por diferentes práticas e instituições, como os acordos internacionais de fusos horários ou o horário regulado das fábricas. A sincronização moderna implicava não apenas a coordenação do tempo da produção e da circulação do capital, mas também a elaboração do tempo homogêneo da nação, sobre o qual se erigia a nova soberania dos Estados. Daí o papel fundamental que caberia à educação e, especificamente, ao ensino de história e da literatura nacional, como forma de tornar os cidadãos contemporâneos uns dos outros. Foi nesse momento que o “moderno” passou a regular o grau de contemporaneidade ou não contemporaneidade dos grupos sociais. Toda a dimensão imperialista e colonialista moderna repousa sobre essa grade temporal, incluindo e hierarquizando as sociedades em função de sua proximidade ou de seu distanciamento frente a um tempo moderno universalizado. Tornava-se, então, como afirmou Rimbaud, absolutamente necessário ser moderno.

Quais as forças e as formas que hoje tratam de produzir uma contemporaneidade para além da contemporaneidade? Vivemos um tempo repleto de tempos: o tempo das reivindicações identitárias, os tempos pós-colonial e decolonial, o tempo da globalização, o tempo fantasmagórico das reparações traumáticas, o tempo acelerado das novas tecnologias, o tempo da urgência do capital financeiro, o tempo suspenso da patrimonialização, entre tantos outros. Todos esses tempos convivem, se cruzam, combatem uns aos outros, constituem modos distintos de projetar-se no mundo. Mas quais os centros de gravidade que fazem que eles se encontrem, se articulem, ainda que assimetricamente?

Em meio a toda a fragmentação do presente, um dos elementos mais fortes que nos obrigam a nos colocarmos em um mesmo tempo é, sem dúvida, a dimensão climática. Diante do tempo catastrófico da natureza, todos nos tornamos contemporâneos. Como um naufrágio sem espectador, o tempo do antropoceno (ou do capitaloceno, ou mesmo do chthuluceno) não possibilita mais a posição de um observador de “fora”, no mesmo movimento em que embaralha as distinções do histórico e do natural, o humano se tornando agente geológico, a natureza se tornando agente histórico. O que não implica dizer, no entanto, que todos (humanos e não humanos) sejam igualmente contemporâneos nesse tempo englobante. Se estamos no mesmo barco, não é porém a mesma coisa ficar confinado ao porão, sendo os primeiros a afundar, ou

poder acomodar-se na primeira classe, próximo aos botes salva-vidas.¹⁰ De todo modo, nesse reencontro trágico da natureza com a história, ainda tateamos no escuro, em busca de uma linguagem que possa ultrapassar as diversas antinomias que marcam essas duas formas de temporalidade.¹¹ Desafio que também se coloca aos limites disciplinares para lidar com esse encontro, tornando anacrônica a divisão entre ciências da natureza e ciências humanas. Um encontro de tempos, enfim, mas sem concordância à vista. No horizonte dessa “história universal negativa”, reatualizamos uma sincronização escatológica na forma de distopia climática. O planeta Melancolia continua vindo em nossa direção.

A aceleração e a ubiquidade das novas tecnologias constituem um segundo eixo forte de sincronização. Carregamos no bolso a urgência de estar sempre presentes, disponíveis, conectados. A desespacialização promovida pelo digital, criando novos feixes de solidariedade global, também implica um encurtamento do tempo disponível para habitar o contemporâneo. Ao questionar as diferentes dimensões temporais do presente, Aleida Assmann afirma que o presente da internet pode ser medido em cinco minutos.¹² Esse

¹⁰ Philippe Descola. “Humain, trop humain”. *Esprit*, no 12, 2015, p. 29.

¹¹ Dipesh Chakrabarty. “Anthropocene Time”. *History and Theory*, vol. 57, nº 1, 2018.

¹² Aleida Assmann. “How Long Does the Present Last? Seven Approaches to a Fleeting Phenomenon”. In: Anne Fuchs; Jonathan Long (orgs.). *Time in German Literature and Culture, 1900-2015. Between Acceleration and Slowness*. Londres: Palgrave, 2016.

é o intervalo de tempo no qual os internautas costumam prestar atenção em algo, antes de se dissiparem em outras demandas do mundo virtual. Cinco minutos também é o limite médio de tempo que as pessoas esperam por uma resposta de mensagem de texto antes de começarem a ficar ansiosas diante do silêncio do destinatário.¹³ Nas redes sociais, o “compartilhamento” de um mesmo presente se processa na dimensão da difusão “viral”, em uma velocidade e com efeitos incontrolláveis pelos sujeitos. Na hiperaceleração do consumo de imagens e notícias, os tempos da crítica e da dúvida tornam-se anacrônicos, ou mesmo quixotescos. Um tuíte vale mais que 5 mil artigos científicos, vale até uma presidência, desbancando os meios tradicionais e mais lentos de negociação política e de produção e circulação de conhecimento.

No mesmo movimento em que permite ou cobra uma atualização constante, a internet não deixa de produzir uma sensação contínua e angustiante de dessincronização sistêmica com o mundo. No espaço virtual, as coisas acontecem rápido demais para que deixemos de estar sempre em atraso. Os limites físicos e psíquicos à aceleração nos sincronizam com essa obsolescência do humano, para a qual a inteligência artificial e o advento de uma pós-humanidade prometem uma redenção distópica. Essa sincronização tecnológica, no entanto, assim como a climática,

¹³ Jason Farman. *Delayed Response. The Art of Waiting from the Ancient to the Instant World*. New Haven: Yale University Press, 2018, p. 29.

não implica homogeneidade. Ela produz, antes, bolhas de contemporaneidade algorítmicas, que pouco ou nada interagem entre si. Se a internet possibilita uma determinada sincronização global – sabemos em “tempo real” o que acontece no outro lado do mundo –, ela não deixa contudo de ser fragmentada e, portanto, paradoxalmente dessincronizada, em função de forças e afetos que a transcendem, mas que são por ela potencializados. Longe de haver aí um determinismo tecnológico que tudo explicaria, é importante especificar as mediações sociais, políticas e econômicas que se fazem presentes. A sincronização digital do capitalismo financeiro, a das políticas identitárias, a de uma consciência ecológica global, entre outras, são formas de temporalidade potencializadas pelo virtual, antes de serem determinadas por ele. Dependem, enfim, tanto do que a tecnologia faz de nós como do que podemos fazer com ela.¹⁴

Outro modo de sincronização que busca fabricar um contemporâneo hoje, não desvinculado dos dois primeiros, é o neoliberalismo. A literatura sobre neoliberalismo tem se ocupado com diferentes denominações e abordagens desse fenômeno, entendendo-o seja como uma nova fase de acumulação da mais-valia dentro do capitalismo, como uma nova forma de racionalidade com suas técnicas próprias de go-

¹⁴ Dominique Cardon. *À quoi rêvent les algorithmes. Nos vies à l'heure des big data*. Paris: Seuil, 2015. Evgeny Morozov. *Le mirage numérique. Pour une politique du Big Data*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2015

vernamentalidade ou, ainda, destacando os modos de dominação e de distinção que ele engendra. Essas diferentes abordagens permitem entrever aspectos distintos, e mesmo contraditórios, do que seria esse novo tempo. Todas ressaltam, no entanto, os profundos impactos que o neoliberalismo vem causando no tecido social, nas formas de constituição das subjetividades, na crise dos sistemas políticos. Ele abarca diferentes camadas sociais, do tecnológico ao político, do econômico ao cultural, constituindo-se em um “fato social total” e revelando-se um dos motores mais potentes de sincronização global, com suas desigualdades geopolíticas incluídas.

Para compreender de que maneira esse fenômeno vem se consolidando como um novo tempo hegemônico é preciso atentar para os modos como vem sendo enunciado, ainda que silenciosamente. Não o modo como temos falado sobre ele, nem o modo como ele fala de si mesmo, por meio de suas doutrinas, mas o modo como ele fala *através de nós*, no cotidiano em que nos sincroniza. Ao usarmos e depararmos cotidianamente com determinadas expressões e construções de linguagem, presentes em processos burocráticos do dia a dia, em discursos públicos, em propagandas, em artigos da mídia, somos levados a habitar e ser habitados pelo tempo que essa linguagem carrega. Conceitos são ao mesmo tempo índices e fatores da realidade; não apenas nos permitem conhecer determinada experiência histórica, no seu uso documental, mas são, eles próprios elementos fundamentais

da realização dessa experiência.¹⁵ Nesse sentido, a semântica histórica do neoliberalismo pode contribuir para a compreensão do processo de sincronização atual, permitindo uma melhor visualização de seus efeitos. Assim podemos perceber como o neoliberalismo, por meio de nós, se faz profeta do próprio tempo, enunciando sua/nossa contemporaneidade.

Um primeiro ponto que merece ser destacado é o esvaziamento dos conceitos estruturais que conformaram a sincronização na modernidade clássica. Em diferentes esferas sociais, noções que até então pareciam sólidas e imprescindíveis de repente mostram-se frágeis e arcaicas. Conceitos como “progresso” e “formação”, tão centrais na constituição do sujeito moderno, passam a dar lugar a termos como “flexibilidade”, “capacidades” e “resiliência”. Na política, cada vez mais categorias como “governança” e “gestão” deslocam e ressignificam conceitos fundamentais, como os de “democracia” e “soberania”. Mais que a simples substituição de palavras isoladas, esse processo envolve a remodelação de toda uma rede semântica, assim como a reconfiguração das instituições nas quais essa rede se insere e das subjetividades que engendra.

Entre a modernidade clássica e o que podemos chamar, precariamente, de nossa modernidade tardia, um fosso parece estar se abrindo. Basta colar

¹⁵ R. Koselleck. “História dos conceitos e história social”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 109.

duas sentenças desses dois tempos, referentes à relação da educação com o indivíduo e a sociedade, para visualizar a distância semântica que os separa:

Para ser capaz de atingir todos os seus fins, o homem tem necessidade da cultura escolar ou do ensino. Em relação a si mesmo, como indivíduo, ela lhe proporciona um valor. Pela cultura da prudência, o homem é formado como cidadão, pois ele adquire então um valor público. Com efeito, ele aprende tanto a inclinar a sociedade aos seus fins, como também a se conformar a essa sociedade. Pela educação moral, enfim, ele adquire um valor relativamente a toda a espécie humana.¹⁶

São o conhecimento e a informação que engendram a flexibilidade do trabalho e que permitem às empresas a melhorar seus produtos, seus métodos de produção e suas estratégias de comercialização com os mesmos efetivos; e aos trabalhadores iniciar-se nos novos métodos em função de sua evolução, de mudar de emprego várias vezes no curso da vida, de se deslocar geograficamente e de, se necessário, aprender uma atividade completamente nova.¹⁷

Retirada das reflexões que Kant desenvolveu sobre a educação em seus cursos de pedagogia nas décadas

¹⁶ Immanuel Kant. *Réflexions sur l'éducation*. Paris: Vrin, 1966, p. 90.

¹⁷ OCDE. *Une Flexibilité durable. Étude prospective sur le travail, la famille et la société à l'ère de l'information*. Paris, 1997.

de 1770 e 1780, a primeira passagem vincula o ensino à formação de um indivíduo integral, tanto em sua autodeterminação como em sua relação ativa com a sociedade, constituindo-o como cidadão. Na segunda passagem, por sua vez, retirada de um estudo encomendado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE em 1997, o conhecimento e o ensino são concebidos como motores da flexibilidade, acelerando e transformando os modos de produção e determinando a forma descontínua da trajetória de vida dos indivíduos. Enquanto na passagem de Kant a educação se apresenta como condição para tornar o sujeito um agente transformador da sociedade, denunciando assim certa noção de disponibilidade da história à ação humana, na passagem do estudo da OCDE o indivíduo aparece como puramente passivo frente às aceleradas transformações que afetam o mercado de trabalho, cabendo a ele adquirir as capacidades necessárias para adequar-se a elas, concebendo-se e valorizando-se como “capital humano”.

As concepções de sujeito, de ensino e de sociedade nessas passagens guardam profundas diferenças. Tais diferenças não dizem respeito apenas a divergências pontuais que operariam ainda dentro de uma mesma rede conceitual, como ocorria nos debates envolvendo as diversas vertentes pedagógicas da modernidade, mas revelam duas ordens distintas de pressupostos, que definem *a priori* quais as possibilidades de seus arranjos. No espaço semântico da modernidade clássica, por exemplo, tornava-se óbvio que o ensino deveria

adotar os valores sobre os quais se fundava a própria decisão de torná-lo obrigatório.¹⁸ Ou seja, partia-se do pressuposto de que a equação entre ensino e cidadania, ao mesmo tempo que levava à decisão política do ensino obrigatório, deveria também estar espelhada no seu conteúdo. O estado não poderia ser imparcial a respeito da dimensão cívica sobre a qual ele próprio se fundava, ao menos teoricamente. Nessa tradição, seguindo ainda seus pressupostos, o direito dos pais de inculcar nos filhos os próprios valores parava na porta da escola.

Com a vinculação atual entre razão de mercado e razão social, apresenta-se a necessidade de uma reeducação neoliberal do cidadão. Nesse processo, não apenas o conhecimento e o ensino ficam atrelados a sua relação umbilical com o mercado como a dimensão cívica da escola é anulada em função da privatização familiar.¹⁹ Se antes as razões que fundavam o ensino obrigatório deveriam estar espelhadas em seu conteúdo pela dimensão pública da cidadania, agora esse espelhamento se dá tanto na financeirização do ensino, transformado ele próprio em um “serviço”, como nas novas bases curriculares que engendra, centradas em “competências” que possibilitem ao sujeito

¹⁸ Axel Honneth. “L’Éducation en démocratie: un chapitre négligé de la philosophie politique”. In: Christophe Bouton; Guillaume le Blanc (orgs.). *Capitalisme et démocratie: autour de l’oeuvre de Axel Honneth*. Lormont: Au Bord de l’eau, 2015.

¹⁹ Pierre Clément; Guy Dreux; Francis Vergne; Christian Laval. *La nouvelle école capitaliste*. Paris: La Découverte, 2011.

tornar-se competitivo em uma sociedade concebida como composta essencialmente de individualidades concorrenciais. A rede semântica que vem ordenando essas novas equações entre ensino, sujeito e sociedade incide em uma reestruturação de todos os mecanismos modernos de sincronização social. Não por acaso, o estudo organizado pela OCDE intitula-se “Uma flexibilidade sustentável [*durable*]: estudo prospectivo sobre o trabalho, a família e a sociedade na era da informação”. Em uma sociedade estruturalmente acelerada, o único elemento “sustentável” possível é a capacidade contínua de adequação. Estudos e políticas levadas a cabo nas últimas décadas por órgãos como OCDE e Banco Mundial mostram o quanto esse processo tem consciência de si, estruturando-se como linguagem e materializando-se globalmente em diferentes instituições, da saúde à educação, do mundo do trabalho à segurança pública. Poderíamos arriscar falar, nesse sentido, em um esforço de elaboração e sedimentação de uma espécie de regime de historicidade neoliberal.

Elaborada desde a década de 1930, a partir dos trabalhos de Lippmann, Hayek, Freedman, entre outros, em função da crise do liberalismo e do problema da adaptação da espécie humana à aceleração industrial, essa linguagem neoliberal, com seus conceitos, alcançou uma dimensão institucional global a partir da década de 1970, graças à ação de órgãos supraestatais, corporações financeiras e *think tanks*. Para além das dimensões doutrinárias e suas diferenças, entre o

ordoliberalismo alemão e a escola norte-americana, o que se mostra fundamental é a materialização dessa linguagem em conceitos que vão se tornando banais e, por isso mesmo, estruturantes da temporalização do cotidiano. Uma lista mais completa e sistemática desses conceitos ainda está por ser feita, mas poderíamos indicar, entre os principais: flexibilidade, adaptabilidade, disrupção, governança, resiliência, inovação, transparência, excelência, eficiência, produtividade, empreendedorismo, empregabilidade, transferibilidade, competências.²⁰ Qualquer indivíduo que tenha trabalhado em alguma corporação ou no serviço público com certeza já deve ter experimentado a presença e os efeitos desses termos.

Três observações se fazem necessárias, antes de me deter nesses conceitos. Primeiro, importa ressaltar que, se alguns desses termos não são novos, como “flexibilidade” ou “excelência”, isso não implica que não venham ganhando novos significados. O que leva à segunda observação: tais conceitos não podem ser definidos individualmente, mas devem ser compreendidos nas relações que estabelecem entre si, na rede semântica que os define e que possibilita seus efeitos. O conceito de flexibilidade, por exemplo, ao ser tomado isoladamente, pode remeter a diferentes camadas de sentido que se agregaram a ele na história de seus

²⁰ Um esforço de levantamento desses termos foi realizado recentemente em John Patrick Leary. *Keywords. The New Language of Capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2018.

usos. Ao ser pensado em função da posição que ocupa na rede semântica neoliberal, contudo, seu significado ganha uma precisão maior, assim como suas formas de uso. Por fim, é importante dizer que me restrinjo aqui a pensar esses conceitos dentro de uma forma específica de linguagem, que chamo de rede semântica neoliberal, não abarcando outras formas de linguagem que emergem ao lado dela (e mesmo em confronto com ela) e nas quais alguns desses conceitos também podem se fazer presentes, mas com sentidos diversos daqueles que são aqui mapeados.

Para destacar alguns dos principais elementos dessa nova rede semântica que vem se sedimentando em instituições e práticas cotidianas, sincronizando-nos em um mesmo tempo, mostra-se útil uma comparação com os elementos estruturais que foram elencados no *Dicionário dos conceitos fundamentais*, organizado por Reinhart Koselleck, Werner Conze e Otto Brunner. Ao selecionar e analisar os conceitos que consideravam fundamentais – por orientarem as comunicações e as instituições –, o objetivo dos autores era sublinhar o que se mostrava “distintivamente moderno” neles. Nesse trabalho de distinção entre o tradicional e o moderno, quatro características se revelaram estruturais aos autores do *Dicionário*: a temporalização, a democratização, a ideologização e a politização dos conceitos. Vale nos determos nesses quatro elementos, comparando-os com a rede semân-

tica neoliberal, antes de voltar à questão da sincronização do contemporâneo.

A temporalização (*Verzeitlichung*) dos conceitos modernos implicava a abertura de um “horizonte de expectativa” que eles não possuíam anteriormente, carregando-os de uma dimensão de movimento. O conceito de “república”, por exemplo, deixava de se inserir em um sistema estático de classificação política, como no modelo aristotélico, passando a indicar um sentido de realização da história humana. Nessa chave, por exemplo, Kant podia pensar a “história a partir de um ponto de vista cosmopolita”, figurada no horizonte de uma “república dos povos” a ser realizada como *telos* da humanidade. Junto com a abertura do futuro, a temporalização também promoveu a elaboração de novos conceitos formados por neologismos. O comunismo ou o liberalismo, como novas categorias políticas, não se referiam a nenhuma experiência histórica concreta, não remetiam a nenhuma experiência datável no passado, sendo conceitos carregados apenas de expectativas. A temporalização dos conceitos, portanto, dizia respeito a esse movimento de figurar e de lançar-se ao futuro, orientando a realização de experiências não previamente registradas em exemplos passados.

Justapondo os conceitos da rede semântica neoliberal aos conceitos modernos, constata-se um deslocamento estrutural no que diz respeito à forma de movimento que essa nova linguagem produz. Diante de uma experiência hiperacelerada, provocada por

forças que transcendem o ambiente de ação do sujeito, apresenta-se como imperativo a capacidade plástica de responder imediatamente aos novos cenários que se sucedem. Ser “flexível” não implica nutrir expectativas e atuar em função delas, mas antes ter a habilidade de visualizar futuros imediatos que já vêm em sua direção, adaptando-se a eles. Esse novo movimento de temporalização é, portanto, mais reativo do que ativo, não pressupondo nenhuma dimensão teleológica estruturada. Sem operar com horizontes de futuro definidos, joga antes com a incerteza e o risco. Com isso, essa forma de movimento não deixa de produzir uma espécie de destemporalização da história. Em vez de temporalizar-se na forma do “projeto” ou da “formação”, em que a ordenação do passado mostrava-se essencial à constituição e à estabilização de horizontes de expectativas, apresenta-se agora uma série de presentes descontínuos, aos quais os indivíduos e as sociedades devem adaptar-se continuamente. A aceleração é uma dimensão estrutural dessa rede semântica, mas uma aceleração sem *telos*, sem expectativas, dentro da qual os nexos entre passado, presente e futuro tornam-se extremamente voláteis, quando existentes.

Aquele mesmo estudo da OCDE, compreendendo essa nova forma de movimento, afirmava:

O conhecimento e as competências dos trabalhadores [...] permitirão a eles mais flexibilidade em um mundo incerto. Esses recursos assegurarão uma flexibilidade

de sustentável tanto aos indivíduos como ao conjunto das sociedades, e permitiriam considerar a incerteza e a transição como fenômenos permanentes, e não mais como anormais.²¹

Esse estado de permanente incerteza, ao mesmo tempo necessário e sem sentido, é tanto diagnosticado quanto efetivado por essa linguagem, normalizando indivíduos e sociedade nessa flexibilidade inflexível, uma forma de finalidade sem fim. Na medida em que a “incerteza” do mundo é apresentada como um pressuposto, e não como um efeito da aceleração neoliberal, cabe aos indivíduos a responsabilidade de lidar com os riscos.²² Não espanta que outro conceito fundamental dessa rede semântica neoliberal seja o de “resiliência”. Órgãos internacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, assim como fundações vinculadas ao ensino, como a Fundação Ayrton Senna, o inserem como uma das principais capacidades que o aluno deve desenvolver, elevando-se como um novo *éthos* fundamental.

O *Dicionário Aurélio* dá o seguinte significado para o termo “resiliência”: “elasticidade que faz com que certos corpos deformados voltem a sua forma original. Capacidade de rápida adaptação ou recuperação”. A ideia de deformação dos corpos é reve-

²¹ OCDE. Op. cit., p. 5.

²² Wendy Brown. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

ladora nesse cenário, indicando a condição de precariedade estrutural sobre a qual se funda essa nova relação entre indivíduo e sociedade. Mais do que voltar à forma original, no entanto, a resiliência neoliberal implica a adaptação a um estado de deformação contínua. Ela se traduz na impossibilidade mesma de os indivíduos adquirirem uma forma minimamente estável, de projetarem uma formação de si. Na busca de uma definição do conceito, uma reportagem da revista *Exame* elaborou a figura do “trabalhador elástico”, que é capaz de lidar com a máxima pressão e para quem o período de luto é mais curto. A resiliência implica, assim, tanto um aspecto físico quanto emocional, encurtando o tempo disponível para os indivíduos se recuperarem dos impactos da precarização das condições de trabalho e de seus efeitos psíquicos, sendo obrigados a reinventar-se continuamente. Um dos meios mais adotados para desenvolver essa competência é a insistente valorização dos sentimentos positivos e o apagamento dos sentimentos entendidos como negativos. Nas cartilhas de *coaching* ou nos manuais de autoajuda, desenha-se uma subjetividade sem espaço e sem tempo para a negatividade. Uma nova economia dos afetos se impõe, na qual os tempos lentos da melancolia e da crítica são inviabilizados em nome dos efeitos performáticos do pensamento positivo. Nesse evolucionismo social repaginado, só os mais resilientes sobreviverão.

Outro conceito que permite pensar essa nova forma de temporalidade é o de “inovação”. Diferentemente

do conceito de progresso, que implica algum sentido linear ou processual de melhoramento, “inovação” remete antes a um movimento lateral e acelerado de diferenciação. Uma rápida busca no Google Ngram, programa que possibilita acompanhar a incidência de palavras inseridas no Google Books, demonstra o contínuo declínio do termo *progress* e o equivalente aumento do termo *innovation*, principalmente a partir da década de 1970. Esse *innovation imperative*, como o denomina outro estudo da OCDE, atinge todos os setores sociais, reocupando funcionalmente o antigo lugar redentor que o conceito de progresso possuía, ainda que com uma forma de temporalidade bastante distinta. A inovação neoliberal é essencialmente disruptiva, ela se caracteriza pelo rompimento de processos ou, em seus termos, pela “destruição criativa”. Fala-se hoje em “tecnologia disruptiva”, “economia disruptiva”, até em “educação disruptiva”. Nessa nova forma de movimento, a vontade dos sujeitos torna-se obsoleta, já que a temporalidade disruptiva é sempre mais rápida que qualquer projeto individual ou coletivo.

A destemporalização dos conceitos da rede semântica neoliberal define-se, portanto, pela impossibilidade de viver o futuro enquanto projeto. Não por acaso, para dar conta dessa nova experiência, também se fez necessária a criação de seus próprios neologismos. De forma distinta daquela da rede semântica moderna, com os “ismos” que indicavam um movimento rumo a determinado horizonte a ser realizado, vemos hoje a proliferação de termos como “empre-

gabilidade”, “trabalhabilidade” e “transferibilidade”, entre outros, cujo sufixo indica qualidades vinculadas a um estado ou a uma situação. Se a temporalização moderna era eminentemente processual, esses novos neologismos indicam a dimensão situacional do tempo neoliberal. O conceito de “empregabilidade”, por exemplo, surgiu em um momento de crise, na década de 1990, expressando a nova condição de instabilidade (e precariedade) do emprego, na qual os indivíduos, em vez de seguir uma carreira, precisavam adquirir as competências necessárias para mudar constantemente de ocupação em um mercado cada vez mais competitivo. No lugar da relação entre formação, carreira e projeto, coloca-se agora a relação entre “aprendizagem continuada”, “empregabilidade” e “flexibilidade”, com todas as implicações institucionais e psíquicas que essa forma de movimento disruptivo traz consigo.

A democratização (*Demokratisierung*) dos conceitos, para os autores do *Dicionário*, vinculava-se aos efeitos semânticos do processo da desintegração das ordens hierárquicas. Com a luta de camadas sociais em busca de legitimidade política, novos termos foram elaborados, cuja abrangência social deixava de se restringir a grupos específicos e passava a tematizar cada vez mais a totalidade da sociedade. A “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, elaborada no processo revolucionário francês, é o documento mais emble-

mático a esse respeito, universalizando uma mesma condição para todos os indivíduos. Conceitos como “humanidade” e “liberdade” eram alçados como os grandes agentes da história, dinamizando com isso um movimento de lutas por reconhecimento no qual diferentes grupos sociais disputavam a representatividade daquelas universalidades. Movimento que se mostra elaborado por diferentes autores, como Hegel, em sua dialética do reconhecimento, ou Marx, em sua análise da política francesa, no *Dezoito brumário*. A noção de democratização acionada pelos autores do *Dicionário* implica, portanto, um sentido específico. Ela não remete a características atuais como a valorização das diferenças, mas diz respeito a esse processo amplo de universalização e singularização dos conceitos sociais e políticos.

Com os conceitos que integram essa nova rede semântica neoliberal, algo bastante distinto parece ocorrer. Em lugar das universalizações e singularizações, privilegia-se um processo de diferenciação e distinção. O próprio conceito de “diferenciação” assume uma centralidade fundamental a partir da linguagem do marketing, significando “a capacidade que uma empresa tem de ser percebida como diferente dos concorrentes, em função de suas vantagens competitivas”. De modo distinto da lógica da produção e do consumo de massa, que marcou o fordismo, a economia volta-se para a personalização dos serviços, valorizando e induzindo as diferenças. Para os indivíduos, igualmente, diferenciar-se torna-se uma condição de

sucesso no mercado de trabalho (uma das marcas da “empregabilidade”), assim como um modo de fazer-se visível. Quando a concorrência é transformada no principal motor da sociedade, seja das empresas ou dos indivíduos, a necessidade de diferenciar-se torna-se condição de sobrevivência. Diferenciar-se não apenas em relação aos outros, no espaço, mas também em relação a si mesmo, no tempo. Por isso “diferenciação”, “flexibilização” e “inovação” conectam-se na constituição dessas “vidas móveis” que marcam a subjetivação contemporânea.

A diferenciação produzida por essa nova linguagem tem efeitos, igualmente, na constituição das identidades e solidariedades políticas. Valorizando o dinamismo flexível do mercado, substituem-se as formas coletivas de solidariedade pela valorização do indivíduo empreendedor de si. Por intermédio não só da educação formal mas também das novas tecnologias sociais, imprime-se nos sujeitos a marca dessa linguagem, com seu *éthos*. Algo muito bem ilustrado por Ken Loach no filme *Eu, Daniel Blake*. O desempregado, ou o trabalhador afastado por problemas de saúde, para conseguir os benefícios da seguridade social precisa submeter-se a um treinamento (a um *coaching*), dando provas de ter incorporado o novo *éthos* empreendedor. Do mesmo modo, como ilustra o filme dos irmãos Dardenne *2 dias, 1 noite*, a responsabilização individual e a inserção da dimensão concorrencial nas relações de trabalho desagrega os laços de solidariedade que permitiam a formação de

identidades coletivas mais amplas. Ao responsabilizar individualmente os empregados pela escolha entre demitir uma funcionária ou ganhar um bônus de final de ano, o filme mostra como se gera todo um movimento disruptivo, que tensiona ao limite os afetos e as ligações de classe. Algo não muito distinto do que ocorre, para tomar outro exemplo, com as universidades e com os programas de pós-graduação no Brasil. Na medida em que essa nova linguagem é adotada e materializada em procedimentos avaliativos, as instituições passam a ser concebidas como individualidades concorrenciais, competindo pelos números de “excelência” que as distinguirão. Com isso, não só se promove uma espiral de aceleração produtivista como também se impossibilita a criação de solidariedades estruturais entre as diferentes instituições – inviabilizando, inclusive, a articulação coletiva de resistência a esse processo.

Como bem percebeu Foucault, essa é a grande novidade e é nela que reside o núcleo duro do neoliberalismo: colocar a concorrência como o fundamento da sociedade.²³ Uma concorrência que não se encontra na natureza humana (como a troca, no liberalismo clássico), mas que deve ser artificialmente produzida. A elaboração de uma nova linguagem, de novos conceitos faz parte desse artifício. Na medida em que essa dimensão concorrencial é incorporada e passa a estruturar as relações e as práticas sociais, ela desen-

²³ Michel Foucault. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil, 1997.

cadeia uma intensificação da aceleração social. Como nos esportes de alta performance, os limites são ultrapassados em intervalos de tempo cada vez mais curtos, recordes sendo quebrados a cada competição. Para se diferenciar do concorrente, todos os meios tornam-se válidos, mesmo que isso custe esvaziar o sentido original da ação. Ser um esportista de alta performance, nessa sociedade concorrencial, significa abrir mão da boa saúde que a atividade esportiva deveria originalmente proporcionar.

Na medida em que não se restringe mais à esfera econômica, estendendo-se a todas as esferas sociais, essa concorrência aceleracionista acaba por dissolver as autonomias que eram próprias da modernidade clássica, como a da arte ou a da ciência. Quando os diferentes campos passam a ser concebidos e avaliados pelos conceitos neoliberais, duas opções se apresentam: ou eles se acomodam e assim se transformam de acordo com o novo *éthos* concorrencial, flexível, inovador, eficiente, produtivista; ou então são completamente esvaziados de sentido, vindo a ser apagados da ordem institucional. A crise que envolve hoje a legitimidade das humanidades mostra-se como um exemplo eloquente desse processo. As decisões recentes de cortar investimentos em disciplinas como sociologia, filosofia ou história – ou mesmo extirpá-las das instituições – devem-se, em grande medida, ao choque entre os conceitos que deram origem e forma a essas disciplinas e os novos conceitos da rede semântica neoliberal. Não será de

espantar, seguindo essa lógica, que em um futuro próximo aquelas disciplinas sejam substituídas pelas novas técnicas surgidas do mundo corporativo, como o *coaching* e o *mentoring*. No lugar da formação e da crítica, coloca-se o treinamento de “capacidades” e o happy thinking do empreendedorismo neoliberal. O fim da história, pelo menos em sua dimensão disciplinar, coincidiria com a passagem do indivíduo cidadão para o indivíduo empresa, empreendedor da própria precaridade.

Uma vez temporalizados e universalizados, os conceitos modernos passaram a ser objetos de conflito no seu uso como instrumentos de realização da história. É na mesma medida em que se tornaram controladores do movimento histórico que precisam ser eles próprios controlados: “Só no horizonte da temporalização se torna possível que adversários políticos se ideologizem mutuamente. Com isso, a forma funcional da linguagem sociopolítica se modifica. Desde então, a ideologização de adversários passa a fazer parte do controle político da linguagem”.²⁴ Tal disputa, ainda que ocorresse no presente, sempre remetia sua resolução ao futuro, na realização da história mesma – daí a força ideológica que carrega-

²⁴ Reinhart Koselleck. “Modernidade’ – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In: *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006, p. 299.

va. É a partir dessa perspectiva que a história, como singular coletivo, se tornava o tribunal do mundo, sentenciando a verdade daquilo que era profetizado ideologicamente. Todas as ações no presente se justificavam como meios de chegar ao *télos* ideologicamente enunciado, “para além do que era empiricamente realizável”. As posições revolucionárias ou conservadoras, de esquerda ou de direita, emergiam dessa disputa pelos conceitos, como índice e fatores da realidade histórica.

Por mais que essa análise de Koselleck possa ser problematizada por sua pertinência empírica ou cronológica, me parece ser ainda uma boa grade interpretativa para questionar nossa contemporaneidade, mesmo que pela diferença. A ideia básica de que a rede semântica moderna funda certa experiência da política, ou mesmo do “político”, marcada pela noção de uma “disponibilidade da história” à ação humana funciona como um contraponto na comparação com a rede semântica neoliberal. No lugar da ideologização e da politização (*Ideologiesierbarkeit, Politisierung*), vemos a emergência de novas dimensões da linguagem, que chamarei aqui de “tecnificação” e “desmobilização”.

A história mundial tornou-se, nas últimas décadas, acelerada demais para que alguém possa ter a esperança de “fazê-la”.²⁵ O sentimento de fatalismo

²⁵ Christophe Bouton. *Faire l'Histoire. De la Révolution française au Printemps arabe*. Paris: Cerf, 2014.

político parece ter tomado conta da esfera pública, anunciando uma realidade complexa em demasia, dificultando que as expectativas e ações dos indivíduos tenham algum efeito. Desde o prolapado “fim da história” de Fukuyama e o “*there is no alternative*” (Tina, na sigla em inglês) de Thatcher, a experiência política vem se atrofiando e dando lugar a uma crescente descrença das instituições democráticas. Interessa perguntar, assim, de que modo os novos conceitos que vêm emergindo e sendo incorporados em diferentes esferas sociais nos impedem de colocar em perspectiva esse processo e seus efeitos.

Um primeiro ponto que merece ser destacado é a (suposta) natureza técnica dos novos conceitos. Diferentemente dos conceitos modernos, marcados por uma ambiguidade essencial, sobre a qual se fundava a disputa política, boa parte da rede semântica neoliberal opera com uma forma de persuasão que se apresenta como apodíctica, sem margem para questionamentos. Termos como “excelência”, “eficiência”, “transparência” e “governança”, entre outros, têm seus efeitos retóricos vinculados ao fato de se colocarem fora do espaço da política, apresentando-se como uma linguagem neutra, “sem partido”, em relação à qual não faria muito sentido se opor ideologicamente. Afinal, quem seria contra a eficiência, a excelência e a transparência? De imediato, cria-se uma blindagem nos seus usos, formando um terreno no qual as divisões de esquerda e de direita se misturam e se indiferenciam. No lugar do dissenso e do debate público,

que marcavam as posições e as identidades políticas, apresenta-se agora a fabricação do consenso. Dentro de uma ordem econômica globalizada e acelerada pelo capital financeiro, o ato de governar se transforma em uma técnica globalmente sincronizada, não havendo muita margem de contestação. O dissenso pode migrar para a dimensão moral, como tem sido capitalizado pelas direitas, mas no que diz respeito à “governança” e à própria estruturação da sociedade tudo se resume a medidas (supostamente) técnicas, como políticas de juros e reformas sociais.

A crescente hegemonia desses conceitos deve-se, novamente, à forte atuação de órgãos supraestatais e de *think tanks* que, vinculados ao domínio do capital financeiro internacional, forçam os estados a incorporar essa nova linguagem e suas expressões burocrático-institucionais. A atuação da OCDE ou do Banco Mundial, por exemplo, é marcada pela obrigação dos seus parceiros de adotar esses princípios orientadores. No *Country Partnership Framework* firmado com o Brasil, para os anos de 2018 a 2022, os empréstimos do Banco Mundial ficam vinculados à “crescente ênfase em novos modelos de gerenciamento que prometem aumentar a eficiência e a eficácia do setor público”. O mesmo pode ser atestado nas diversas parecerias com a OCDE vinculadas à educação. Junto com os empréstimos entram os conceitos e seus medidores, sincronizando e reconfigurando estruturalmente o estado e suas instituições na linguagem da rede semântica neoliberal. Wolfgang

Streeck, referindo-se à atuação das instituições da União Europeia sobre as políticas dos Estados nacionais, encontrou uma bela fórmula para nomear esse processo: “a despolitização politicamente projetada do capitalismo contemporâneo”.²⁶

Nesse sentido, em vez de falar de “desregulamentação”, seria mais correto falar em “rerregulamentação” ou, nos termos do que está sendo discutido aqui: uma ressincronização. No lugar da soberania e da representatividade, entra a figura do Estado eficaz, capaz de gerir a sociedade de forma a torná-la adaptada às novas situações da economia global. Dada a hiperaceleração do mercado financeiro, os tempos da deliberação e da participação política, com seus mecanismos de representatividade, tornam-se obsoletos, lentos (ou perigosos) demais. O processo de sincronização movido pela rede semântica neoliberal requer um tempo de resposta imediato, igualmente hiperacelerado, protagonizado por *experts*. O problema, portanto, não é o funcionamento capitalista da economia, mas o funcionamento democrático da política.²⁷ Essa neutralização ideológica da semântica neoliberal pressupõe a constituição de um Estado fraco na intervenção na economia, mas forte no gerenciamento da sociedade, revelando sua natureza autoritária. O próprio Hayek, referindo-se à expe-

²⁶ Wolfgang Streeck. “Heller, Schmitt and the Euro”. *European Law Journal*, vol. 21, n° 3, maio 2015, p. 365.

²⁷ Grégoire Chamayou. *La Société ingouvernable: une généalogie du libéralisme autoritaire*. Paris: La Fabrique, 2018, p. 252.

riência chilena, ressaltou esse aspecto do neoliberalismo: “Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo”.

Esse autoritarismo neoliberal, no entanto, não precisa mais necessariamente da figura de um ditador, de um grande irmão – ainda que também não o recuse. Ele opera, acima de tudo, pelo movimento de desideologização dos conceitos e pela desmobilização política promovida pelas tecnologias sociais que emprega. Os conceitos de governança, eficiência, excelência e transparência resultam em dispositivos próprios de governamentalidade, como a chamada “cultura auditorial”, ou *accountability*.²⁸ Com seus marcos numéricos de visibilidade, seus formulários, prazos e metas de produtividade, a cultura auditorial disciplina a ação dos indivíduos e das instituições. Não importa se na educação, na ciência, na saúde ou na segurança pública um mesmo *éthos* é incorporado, promovendo uma espiral de aceleração de performance e uma responsabilização individualizada. Na saúde, por exemplo, essa “conduta das condutas” faz que médicos evitem ocupar-se de casos graves devido ao risco que tais casos podem representar para seus índices de performance, afetando sua carreira. Na educação e na pesquisa, são os números e os prazos acelerados pela concorrência que vampirizam os fins originários que davam sentido às atividades. Nessa

²⁸ Chris Shore. “Audit culture and Illiberal governance: universities and the politics of accountability”. *Anthropological Theory*, nº 8, 2008.

lógica, a eficiência e a produtividade, numericamente atestadas, tornam-se fins em si mesmas, autolegitimadas, ainda que ninguém saiba (ou possa) dizer exatamente para quê. É uma forma autoritária pelo consenso que obriga, pela desagregação que produz, pelo ritmo que impõe, no qual não há possibilidade de outras formas de ação, nem sequer espaço para colocar em questão os seus sentidos. Mais do que uma “escolha”, o que ocorre é uma indução da ação. Não bastaria, com isso, acusar os indivíduos de “optarem” por uma autoexploração ou pela aceleração. Enfrentar os efeitos da rede semântica neoliberal e sua temporalidade implica o esforço de torná-la visível, denunciar seus efeitos, atacar os seus mecanismos e seus modos de difusão. Implica, enfim, repolitizar a linguagem e o tempo que nos sincronizam.

Esta breve comparação entre a rede semântica moderna e a rede semântica neoliberal não tem por finalidade indicar a emergência de uma nova época, oferecendo mais um rótulo epocal, entre tantos outros. Ao apontar os deslocamentos que os novos conceitos trazem, assim como a sua dispersão cotidiana, busco apenas produzir uma forma de visibilidade acerca de uma das forças de sincronização que constituem nossa cotemporalidade assimétrica. Ao lado desse tempo neoliberal, outros tempos coexistem, também disputando o processo de ressignificação da linguagem. Basta pensar no papel que os diferentes

“coletivos” desempenham nas formas de mobilização atuais, dando sentidos distintos e mesmo opostos a conceitos que também podem estar presentes na rede semântica neoliberal, como “diferenciação”. Por isso, vale ressaltar novamente a necessidade de pensar os conceitos em seus aspectos relacionais e as temporalidades em suas diferentes dimensões performáticas, evitando as universalizações apressadas. Não há como negar, no entanto, a centralidade hegemônica que a rede semântica neoliberal vem assumindo na “conduta das condutas”. A cada momento em que nossas ações do dia a dia são conformadas por seus conceitos, nas diferentes esferas sociais por onde transitamos, vamos nos sincronizando com sua temporalidade. Em sua aparente neutralidade, em sua banalidade, em sua “eficiência”, esses conceitos vão reconfigurando novas subjetividades, novas relações sociais e novas instituições.

A questão fundamental que surge é em que medida tais sujeitos, relações sociais e instituições podem de fato sedimentar-se como experiências históricas. Ou seja, até que ponto a “flexibilidade sustentável” e a aceleração concorrencial pressupostas na rede semântica neoliberal podem encontrar alguma forma de estabilidade mínima que possibilite as ancoragens temporais necessárias para que aquelas instâncias não se desintegrem ou implodam? Voltamos, aqui, à atualidade da questão de Polanyi sobre os efeitos sociais produzidos pela transformação do mercado em uma entidade própria e autônoma. Com o agravante, ago-

ra, de que não se trata apenas da esfera econômica, mas de todas as esferas sociais entendidas economicamente e aceleradas pelo ritmo do capital financeiro global. Os indícios da insustentabilidade dessa forma de sincronização estão por todo lado. As patologias da aceleração neoliberal se intensificam. Primeiro, com a explosão dos índices de depressão e ansiedade, essas patologias do tempo. Uma pesquisa recente mostra que o consumo de antidepressivos e ansiolíticos aumentou 73% no Brasil nos últimos seis anos. Outra pesquisa indica que os suicídios aumentaram 28% na última década, com maior incidência entre a população na faixa de 15 a 29 anos. Afinal, como pode ser sustentável uma forma de subjetividade centrada na flexibilidade e na resiliência neoliberais? Como tornar-se o que se é, em diferentes *formas*, sem a condição de sedimentar experiências do passado e sem a possibilidade de projetar-se no futuro?

Um segundo indício da insustentabilidade da sincronização neoliberal é a emergência de uma série de neoconservadorismos extremamente agressivos e alimentados por fantasmas do passado. Dos *rednecks* norte-americanos ao “cidadão de bem” no Brasil, camadas populacionais significativas canalizam afetos na figuração e na perseguição de inimigos, intensificando aquelas dimensões autoritárias que já estão implícitas na razão neoliberal. O processo de emergência dessa nova direita é complexo e composto por diferentes fatores, que não podem ser reduzidos a fórmulas simples. É possível apontar, no entanto,

que os efeitos da rede semântica neoliberal ocupam aí um lugar importante. Ao se estruturar o cotidiano a partir de um *éthos* essencialmente concorrencial, marcado pelo empreendedorismo de si e pela performance, destrói-se aquele espaço que Hegel chamou de “mundo ético” (*Sittlichkeit*), onde os sujeitos poderiam se reconhecer. Nessa nova ordem, os indivíduos são levados a considerar os outros, em primeiro lugar, como inimigos em potencial. A dimensão amigo/inimigo, que Carl Schmitt via como a origem do “político”, é atualizada em uma fragmentação sistêmica das relações intersubjetivas. A precariedade das condições de trabalho e de formação das subjetividades é intensificada como luta pela sobrevivência. Difícil não identificar esse *éthos* concorrencial e sua precariedade como forças geradoras do ódio social que alimenta a emergência das novas direitas. Afinal, como também percebeu Bloch na década de 1930, o ódio é um poderoso sincronizador em tempos de crise.

Diferentemente de Bloch, no entanto, que esperava superar as contradições temporais na realização de uma nova totalidade, não me parece que hoje esse horizonte possa ou deva ser colocado nos mesmos termos. A cotemporalidade, ou a multiplicidade não resolvida de tempos, é um ganho que merece ser preservado e defendido. Ela representa uma abertura frente às violências e às assimetrias da sincronização moderna, que buscavam homogeneizar a experiência histórica dos sujeitos a partir da universalização de uma historicidade branca, colonial e patriarcal. Mas

a fragmentação dessa abertura também não deixa de nos colocar diante de uma série de dilemas e tensões. Um dos principais riscos que ela carrega é promover uma estetização estéril da diferença, sendo assim reapropriada pela lógica neoliberal da diferenciação empreendedora e consumista. Se esse processo de recusa da sincronização moderna não puder canalizar suas energias na direção de uma mudança sistemática e estrutural, pode acabar vendo sua força anulada e reconvertida em favor do *éthos* da aceleração do capitalismo contemporâneo.

Essa tensão se traduz nas antinomias que marcam hoje as disposições da esquerda diante dos efeitos do neoliberalismo. De um lado está a aposta em que a canalização de energias deve ocorrer dentro da própria aceleração capitalista, intensificando e subvertendo sua dimensão rizomática. D outro está o esforço de pensar a superação da fragmentação através da constituição de novas formas de hegemonia capazes de enfrentar as forças neoliberais. De um lado, o *devenir* e a multidão figuram uma historicidade múltipla, sem centros de gravidade, apropriando-se inclusive das tecnologias para promover uma liberação disruptiva. De outro, a estratégia e o povo são reinvestidos como as formas de um tempo propriamente político, com suas mediações institucionais e seus esforços de reelaboração dos horizontes de expectativa. Já no que diz respeito à direita, por trás de seu discurso de despolarização constata-se uma renovada capacidade de articulação hegemônica global aliada às novas formas de tecnolo-

gia, assim como alimentada pelo ressentimento social provocado pela lógica da flexibilização e da precarização neoliberais, que ela mesma continua a produzir. É no espectro da direita, portanto, que vemos hoje uma síntese funesta das antinomias que marcam o tempo do capitalismo neoliberal, superando a oposição entre fragmentação e hegemonia.

Em vez da temporalização da política, tal como se experimentou na modernidade clássica, um ponto fundamental hoje talvez seja promover uma politização do tempo. O que significa, acima de tudo, entender que o tempo não pode ser descolado do seu carácter performático e que, desse modo, formas de experiências distintas requerem formas temporais distintas. Garantir que tais formas temporais encontrem as suas ancoragens sociais e institucionais implica transformar o tempo em um tema central da política. Não por acaso, grande parte dos debates políticos atuais gira em torno das dimensões temporais da vida cotidiana, como a idade de aposentadoria, a extensão e a forma do horário de trabalho, a duração do ensino, os impactos da aceleração tecnológica, entre outros. Mais que submeter essas distintas dimensões a uma mesma medida, como o tempo universalizado do mercado, uma politização do tempo cobraria a discussão em torno de quais seriam as condições de possibilidade de sua “boa temporalização”. A política deixaria de ser o gerenciamento técnico de encaixe das coisas no tempo para se tornar novamente a própria possibilidade de abertura de temporalidades.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado nas universidades. Estas são cada vez mais concebidas e geridas de acordo com aqueles conceitos neoliberais, como produtividade, inovação, eficiência, assim como pelos seus mecanismos de mensuração e visibilidade, como a cultura auditorial e seus rankings de performance. Tais conceitos e mecanismos, como foi visto, são elaborados e difundidos a partir de órgãos supraestatais, *think tanks* e grandes corporações, sincronizando as universidades no tempo do neoliberalismo global. Longe de ser uma necessidade, esse processo é arbitrário e artificialmente elaborado. Pensar uma política do tempo para as universidades implicaria, ao contrário, situá-las em seu ambiente social, cultural, econômico, natural, possibilitando que a orientação de suas atividades sejam concebidas, mensuradas e avaliadas em função das ressonâncias que produzem em seu ambiente.²⁹ Ao dizer “ambiente”, não me refiro a locais geograficamente delimitados, mas sim a espaços de relação, que podem ter dimensões físicas e escalas bastante plurais, do local ao global. De todo modo, uma universidade no vale do Jequitinhonha ou na cidade de São Paulo não precisa ser “gerida” como se atuasse no vácuo da rede semântica neoliberal, mas sim como integrada a seu ambiente. Isso permitiria não apenas respeitar a ideia de autonomia da instituição universitária como rea-

²⁹ Hartmut Rosa. *Résonance. Une sociologie de la relation au monde*. Paris: La Découverte, 2018.

bri-la ao movimento de elaboração de novas formas de conhecimento e de estar no mundo – resgatando, com novos sentidos, a própria noção de “formação” que lhe é constitutiva. Junto ao exemplo da universidade, poderíamos pensar uma política do tempo em relação a outras instituições, cujas ambientações distintas implicam formas diferentes de temporalização, como os fóruns políticos, a produção cultural e, enfim, as próprias relações de produção.

Uma política do tempo implica, acima de tudo, explicitar as condições de possibilidade da temporalização cotidiana, dentre as quais a linguagem tem papel fundamental. A naturalização e a incorporação dos conceitos da rede semântica neoliberal nos lançam em uma (des)temporalização alienante e patológica. Um dos seus efeitos é justamente a sensação de uma indisponibilidade da história, como se não restasse alternativa senão a adaptação contínua. Politizar o tempo, em sua dimensão linguística, ecológica, cotidiana, talvez permita elaborar, sobre novas bases, outra concepção de disponibilidade da história, sem a dimensão redentora e singularizante da modernidade clássica, mas também escapando ao narcisismo auto-destrutivo do *éthos* neoliberal. Outros tempos possíveis, enfim.

RODRIGO TURIN (Curitiba, 1979), é historiador, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e coordenador do LETHE (Laboratório de Estudos em Teoria, Historicidade e Estética). Foi pesquisador visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales, atuando junto ao Grupe d'études sur les historiographies modernes (GEHM). Membro fundador da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia, foi editor executivo da revista História da Historiografia. É autor de *Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista* (EdUERJ, 2013); foi um dos organizadores da edição crítica do *Estudo Sumário da Representação do Tempo na Religião e na Magia*, de Henri Hubert (EDUSP, 2016) e é co-organizador do volume *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico* (Milfontes, 2019).